# COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

**CNPJ/MF 67.102.020/0001-44**

**COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2019

A **COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS**, sociedade por ações de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pelas Leis Federais nºs 6.404, de 15/12/1976, e 13.303, de 30/06/2016, e demais disposições legais aplicáveis, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas - DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 25/10/1991, tem como acionistas o Governo do Estado de São Paulo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Governo, foi uma empresa de economia mista até 15/04/2019, quando, em razão de sua composição acionária, passou à empresa pública, de direito privado, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. Com a missão de **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**, presta serviços especializados de engenharia e arquitetura aos órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo, dos Governos Federal e Municipal, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos.** As suas atividades são desenvolvidas com ***Eficiência***: atividades que geram resultados e confiança, ***Agilidade***: atendimento das solicitações dos clientes com presteza, e, ***Autenticidade***: relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade, fundamentadas na ***Política da Qualidade*** da Companhia: "Viabilizar empreendimentos públicos com qualidade em nível de excelência, atendendo aos requisitos legais, estatutários e regulamentares aplicáveis, visando à melhoria contínua de seus processos e aperfeiçoamento de seus colaboradores com foco na satisfação de seus clientes e partes interessadas". Em agosto de 2019 a CPOS passou por auditoria de acompanhamento da **Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseada na norma ABNT NBR ISO 9001:2015**, sendo realizada pela certificadora Fundação Carlos Alberto Vanzolini. O certificado é válido até 27/10/2021, cujo escopo abrange a elaboração e gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia, boletim referencial de custos e orçamentos de obras de construção civil, gerenciamento e fiscalização de obras públicas de construção civil, avaliação de imóveis urbanos e rurais, de propriedade ou de interesse do Estado, gestão territorial de áreas públicas ou áreas de interesse de órgãos públicos, gestão predial e condomínios públicos e fiscalização de convênios de obras e serviços públicos. Além desses serviços que têm o sistema de gestão certificados na Norma ISO 9001:2015, a CPOS atua, também, nos serviços de licenciamento ambiental e apoio técnico a licitações. É importante destacar que a referida Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, baseada na norma ABNT NBR ISO 9001:2015, se tornará sem efeito uma vez que não se pressupõe a continuidade da Companhia em razão da **Lei nº 17.056, de 05/06/2019, que autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à dissolução, liquidação e a extinção da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS,** com observância ao artigo 2º da mencionada Lei, que estabelece que as atividades exercidas pela Companhia não serão paralisadas, devendo, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, serem desempenhadas por outros órgãos ou entidades da administração. Conforme o Decreto nº 64.418, de 28/08/2019, a CPOS elaborou seu **Plano de Desmobilização** que incluiu proposta de Destinação das suas Atividades, do Quadro de Pessoal, do Acervo Técnico e Documental e dos seus Direitos e Obrigações, prevendo o cronograma das atividades que serão realizadas pelos administradores e aquelas que ficarão a cargo do liquidante. Dando prosseguimento à desmobilização da CPOS, foram publicados decretos, à saber: Decreto nº 64.643, de 04/12/2019, revoga o Decreto nº 53.652, de 04/11/2008, que dispõe sobre a execução de obras públicas do Governo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas e Decreto nº 64.646, de 06/12/2019, determina, para fins do disposto no "caput" do artigo 2º da Lei nº 17.056, de 05/06/2019, que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, respeitado seu Estatuto Social, desempenhará, no que couber, as atividades públicas exercidas pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS. Ainda, em face do Plano de Desmobilização, no exercício de 2020, a Companhia passou à condição de empresa dependente do Governo do Estado de São Paulo, integrando o Orçamento Fiscal, cujos recursos próprios foram incluídos na receita total orçada do Estado, conforme se constata nas seguintes publicações: DOE de 11/01/2020 - Lei Orçamentária Anual - LOA - Lei nº 17.244, de 10/01/2020 e DOE de 18/01/2020 - Decreto de Execução Orçamentária - Decreto nº 64.748, de 17/01/2020, alterando a sua condição de empresa não dependente de recursos do Tesouro do Estado que perdurava desde o exercício de 2001. Neste cenário os administradores abraçaram o desafio de conduzir a CPOS para a extinção, realizando uma gestão com responsabilidade, ética e austeridade, sempre contando com a dedicação, competência e engajamento de seus colaboradores, obtendo assim, resultados melhores que os de 2018, em especial a reversão do resultado econômico negativo do exercício anterior.

## PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Os contratos de prestação de serviços assinados em 2019, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores e ainda em execução, cujos serviços foram faturados de janeiro a dezembro de 2019, geraram uma receita de **R$ 65.186 mil**, com os clientes, empreendimentos e serviços relacionados abaixo: **Casa Civil** - prestação de serviços de gestão de *facilities* para o escritório instalado em Brasília/DF; **Centro Paula Souza - CPS** - elaboração de projeto para reforma e ampliação da ETEC José Martimiano da Silva, localizada em Ribeirão Preto/SP; **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU** - elaboração de laudos de avaliação para até 1.200 imóveis; **Defensoria Pública do Estado de São Paulo** - gerenciamento da obra de restauro e reforma do edifício sede da Defensoria; **Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE** - elaboração de laudos técnicos e memorial descritivo de áreas necessárias à implantação do reservatório de amortecimento; **Desenvolve SP** - apoio técnico para formalização, acompanhamento, prestação de contas e encerramento de contratos de financiamento a serem firmados pela Desenvolve SP; **Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE** - elaboração de 28 laudos de avaliação de imóveis; **Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC** - elaboração de projetos para reforma e ampliação da sede do IMESC; **Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil - DAP** - gerenciamento da obra de restauro, reforma e recuperação estrutural do edifício garagem Alfredo Issa; **Prefeitura Municipal de Guarulhos** - regularização fundiária de núcleos urbanos informais e trabalho técnico social; **Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário - PCAI** - consultoria, assessoria técnica e apoio técnico na organização de dados e informações relativos à gestão e ao monitoramento do patrimônio imobiliário e ambiental do Estado de São Paulo; **Secretaria da Administração Penitenciária - SAP** - gerenciamento das obras de conclusão da construção do CDP de Aguaí, Santa Cruz da Conceição e Penitenciária Feminina de São Vicente; **Secretaria da Fazenda e Planejamento - Departamento de Suprimentos e Infraestrutura - DSI** - gerenciamento e fiscalização da instalação do sistema de ar condicionado a gás no Palácio Clóvis Ribeiro; elaboração de projetos para reforma das instalações elétricas, automação e climatização da sede regional da Secretaria da Fazenda e Planejamento, localizada em Santo André/SP; **Secretaria da Saúde - Coordenadoria Geral de Administração - CGA** - elaboração de projetos de ar condicionado, ventilação e exaustão mecânica do Departamento Regional de Saúde, localizado em São José do Rio Preto/SP; **Secretaria de Desenvolvimento Regional** - apoio técnico para formalização, prestação de contas e encerramento dos convênios firmados com os municípios paulistas; **Secretaria de Governo** - realização de vistorias, estudos correlatos, pareceres técnicos e laudos de avaliação imobiliária; **Superintendência da Polícia Técnica Científica - SPTC** - elaboração de projetos para construção do edifício sede da SPTC em Presidente Prudente/SP; projetos para reforma e adequação da edificação da Equipe de Perícias Criminais de Santo André/SP; projetos para reforma e ampliação da edificação que abriga a Equipe de Perícia Criminalística e Médico-Legal de Franca/SP.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é um tema multifacetado, principalmente pela natureza e pela extensão da responsabilidade de indivíduos específicos na organização. Um dos impactos de um sistema de Governança Corporativa é na eficiência econômica, com ênfase no bem-estar dos acionistas. Em sua essência, a Governança Corporativa tem como principal objetivo recuperar e garantir a confiabilidade em uma determinada empresa para os seus acionistas, criando um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas. **Instância interna de Governança:** Diretoria Colegiada, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; **Instância interna de apoio à Governança:** Assessoria Jurídica, Auditoria Interna, Comitê de Ética e Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; **Instância externa de apoio à Governança Independente:** Auditoria Externa - Loudon Blomquist - Auditores Independentes, Auditoria da Fazenda, Tribunal de Contas - TCE/SP, Ministério Público, Corregedoria Geral e Assembleia Legislativa; **Instância externa de apoio à Governança ligada ao Poder Executivo Estadual:** Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

### GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos corporativos consiste em uma atividade estratégica que tem por objetivo minimizar os riscos, falhas, perdas e incertezas do negócio por meio de um processo contínuo de planejamento, organização e controle dos recursos humanos e materiais de uma organização. É importante destacar que cada organização deve definir o modelo de análise de riscos de acordo com o contexto do seu tipo de negócio. O contrato firmado com a empresa Crossover Gestão Empresarial Ltda., contratada para prestar serviços de consultoria e mentoria aos colaboradores da CPOS visando o desenvolvimento do Programa de Gestão de Riscos Corporativos, foi rescindido com a promulgação da Lei nº 17.056, de 05/06/2019.

### CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

O Código de Conduta e Integridade da CPOS, definiu os princípios e valores éticos da Companhia, o conjunto de condutas esperadas e proibidas na condução dos negócios e no relacionamento com o público interno e externo, abordando temas como ética, integridade, conformidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, combate à corrupção, bem como, criou o **COMITÊ DE ÉTICA**, cujos membros são responsáveis por receber denúncias, investigar, avaliar e julgar as violações ao Código de Conduta e Integridade, que se aplica aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e aos membros das Diretorias, aos acionistas, colaboradores, estagiários, aprendizes, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros, constituindo um compromisso individual e coletivo cumpri-lo em todas as ações da Companhia. Importante ressaltar, também, que o **REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - RILC** da CPOS estabelece que as empresas contratadas deverão ser cientificadas a conhecer o Código de Conduta e Integridade da Companhia.

## TRANSPARÊNCIA

### POLÍTICA DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos ocorrerá após a absorção integral de eventual saldo de prejuízos acumulado e, nos termos do Estatuto Social, as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente à 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. Os dividendos poderão ser pagos sob a forma de juros sobre o capital próprio. Na Assembleia Geral Ordinária de acionistas, até 30 de abril de cada ano, entre outras matérias, os acionistas poderão decidir a respeito da proposta do Conselho de Administração de distribuição dos dividendos anuais referentes ao exercício anterior.

### FATORES DE RISCO

A CPOS identificou que seu principal risco de negócio é a redução de investimentos do Governo do Estado de São Paulo em decorrência da crise econômica e da redução de investimentos em infraestrutura.

### RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

As operações da Companhia, até 31/12/2019, foram custeadas integralmente pela geração de caixa operacional próprio, não havendo recebimento de verba pública nem financiamento privado para a execução de suas atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cumprimento à legislação aplicável: artigo 8º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016; artigo 9º do Decreto 62.349, de 26/12/2016 e artigo 49 do Estatuto Social, os administradores da CPOS subscrevem o Relatório da Administração - 2019. São Paulo, 05 de março de 2020 - Diretores e 12 de março de 2020 - Conselheiros de Administração.

## Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

| Ativo | NE | 2019 | 2018 | Passivo e Patrimônio Líquido | NE | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **59.228** | **66.883** | **Circulante** | | **28.786** | **31.153** |
| Caixa e bancos | | 3.357 | 2.804 | Fornecedores | | 9.623 | 10.215 |
| Aplicações financeiras | 3b | 22.966 | 26.244 | Cauções e retenções contratuais | | 23 | 28 |
| Clientes | | 8.234 | 11.702 | Encargos sociais | | 857 | 941 |
| Serviços em andamento | | 199 | 1.088 | Provisão para férias | | 3.560 | 3.662 |
| Créditos a receber | 4 | 10.747 | 8.353 | Obrigações tributárias | | 4.226 | 4.756 |
| Outros créditos | 5 | 5.334 | 6.996 | Contas a pagar | | 138 | 232 |
| Estoques | | 141 | 131 | Provisão para contingências | 13 | 1.742 | 1.340 |
| Despesas antecipadas | | 185 | 173 | Contas correntes | | 552 | 587 |
| Gestão predial e convênio | 6 | 8.065 | 9.392 | Gestão predial e convênio | 6 | 8.065 | 9.392 |
| **Não-circulante** | | **42.246** | **41.389** | **Não-circulante** | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | **19.223** | **20.383** | **Exigível a longo prazo** | | **5.022** | **10.098** |
| Outros créditos | 7 | 1.145 | 1.342 | Provisão para contingências | 13 | 0 | 5.665 |
| Clientes | 3c e 8 | 15.026 | 15.236 | Obrigações a pagar | | 4.919 | 4.330 |
| (-) Provisão para perdas | 8 | -13.654 | -13.556 | Contas correntes | | 103 | 103 |
| Depósitos judiciais | | 953 | 1.608 | **Patrimônio líquido** | | **67.666** | **67.021** |
| Imóveis destinados a venda | 9 | 15.753 | 15.753 | Capital social | 15 | 88.645 | 88.645 |
| **Investimento** | 10 | **6.915** | **6.915** | Reservas de capital | 16 | 11.638 | 11.638 |
| Propriedade para investimento | | 1.987 | 1.987 | Ajuste de avaliação patrimonial | 17 | 9.859 | 9.914 |
| Outros investimentos | | 4.928 | 4.928 | Prejuízos acumulados | 3a e 18 | -42.476 | -43.176 |
| **Imobilizado** | 3d e 11 | **15.554** | **13.867** | | | | |
| **Intangível** | 12 | **554** | **224** | | | | |
| **Total** | | **101.474** | **108.272** | **Total** | | **101.474** | **108.272** |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

| | Capital Social | Reserva de Capital | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | **88.645** | **11.638** | **9.969** | **-30.660** | **79.592** |
| Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado | | | -55 | 55 | 0 |
| Ajuste de exercícios anteriores | | | | 583 | 583 |
| Prejuízo do exercício | | | | -13.154 | -13.154 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **88.645** | **11.638** | **9.914** | **-43.176** | **67.021** |
| Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado | | | -55 | - | -55 |
| Ajuste de exercícios anteriores | | | | 391 | 391 |
| Lucro do exercício | | | | 309 | 309 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **88.645** | **11.638** | **9.859** | **-42.476** | **67.666** |
| As notas explicativas integram as demonstrações contábeis. | (NE 15) | (NE 16) | (NE 17) | (NE 3a e 18) | |

## Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

| | Capital Social | Reserva de Capital | Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Demonstração do Resultado Abrangente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2017** | **88.645** | **11.638** | **-30.660** | **9.969** | **79.592** | **-** |
| Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado | | | 55 | -55 | | |
| Ajuste de exercícios anteriores | | | 583 | | 583 | |
| **Outros Resultados Abrangentes** | **-** | **-** | **638** | **-55** | **583** | **583** |
| Prejuízo do exercício | | | -13.154 | - | -13.154 | -13.154 |
| **Resultado Abrangente do Período** | **-** | **-** | **-** | **-** | | **-12.571** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2018** | **88.645** | **11.638** | **-43.176** | **9.914** | **67.021** | **-** |
| Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado | | | | -55 | -55 | |
| Ajuste de exercícios anteriores | | | 391 | | 391 | |
| **Outros Resultados Abrangentes** | **-** | **-** | **391** | **-55** | **336** | **336** |
| Lucro do exercício | | | 309 | | 309 | 309 |
| **Resultado Abrangente do Período** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **645** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **88.645** | **11.638** | **-42.476** | **9.859** | **67.666** | **-** |
| As notas explicativas integram as demonstrações contábeis | (NE 15) | (NE 16) | (NE 3a, 18) | (NE 17) | | |

## Demonstração de Resultados (NE 3a) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

| | NE | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Bruta** | | | |
| Receita de prestação de serviços | | 65.186 | 59.818 |
| Ajuste da Receita Bruta - CPC 47 | | 2.785 | 5.941 |
| **Deduções da Receita Operacional** | | | |
| Impostos e contribuições incidentes sobre serviços | | -9.252 | -8.451 |
| **Receita Operacional Líquida** | | **58.719** | **57.308** |
| **Custos dos Serviços Prestados** | | -47.677 | -47.753 |
| **Lucro (Prejuízo) Bruto** | | **11.042** | **9.555** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | | |
| Administrativas e gerais | | -17.162 | -17.927 |
| Contingências judiciais | 13 | 4.487 | -231 |
| Despesas tributárias | | -16 | -14 |
| Outras receitas e despesas | 19 | 761 | -6.669 |
| | | -11.930 | -24.841 |
| Resultado de imóveis destinados a venda e investimentos | | -510 | -939 |
| **Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras** | | **-1.398** | **-16.225** |
| **Receitas (Despesas) Financeiras** | | | |
| Despesas financeiras | | -40 | -101 |
| Receitas financeiras | | 1.747 | 3.172 |
| | | 1.707 | 3.071 |
| **Lucro (Prejuízo) antes da Tributação** | | **309** | **-13.154** |
| **Provisão IRPJ e CSLL** | 14 | 0 | 0 |
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | 18 | **309** | **-13.154** |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto (NE 20) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

| **Fluxos de caixa originados de:** | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Atividades operacionais** | | |
| Recebimento de clientes | 67.087 | 59.361 |
| Pagamento de fornecedores | -29.863 | -24.988 |
| Pagamento de salários, encargos e benefícios | -37.136 | -40.784 |
| Pagamento de tributos, contribuições e taxas | -7.513 | -6.988 |
| Pagamentos de contingências | -470 | -689 |
| Outros recebimentos (pagamentos) líquidos | 8.261 | 9.174 |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais** | **366** | **-4.914** |
| **Atividades de investimento** | | |
| Compras de imobilizado | -3.092 | -303 |
| Recebimentos pela venda de imóveis para venda | 0 | 0 |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento** | **-3.092** | **-303** |
| **Atividades de financiamento** | | |
| Integralização de capital | 0 | 0 |
| Pagamentos de lucros e dividendos | 0 | 0 |
| Juros recebidos de empréstimos | 0 | 0 |
| Juros pagos por empréstimos | 0 | 0 |
| Empréstimos tomados | 0 | 0 |
| Pagamentos de empréstimos/debêntures | 0 | 0 |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento** | **0** | **0** |
| **Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **-2.726** | **-5.217** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 29.048 | 34.265 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 26.322 | 29.048 |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Governo

continua...

...continuação

# COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

**CNPJ/MF 67.102.020/0001-44**

**COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)**

## 1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede própria na Rua Tangará nº 70 - Vila Mariana - São Paulo/SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, teve seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa pública parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Governo, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação nº 7.394, de 8 de julho de 1991, que estabeleceu no artigo 2º a sua finalidade: administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

## 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, e nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais - NBC TG, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, publicada em 22/12/2017 e a NBC TG 47 - Receita de Contrato com o Cliente, publicada em 22/12/2016. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração da empresa para sua gestão, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, divulgada em 11/11/2014. Em razão das características operacionais, não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente - NBC TG 12, publicada em 27/01/2009. Nos devidos termos da NBC TG 26 (R5) - Item 25 - Continuidade, ressaltamos que não se pressupõe a continuidade da Companhia em razão da Lei nº 17.056, de 05/06/2019, que autoriza o Poder Executivo a adotar providências relacionadas à dissolução, liquidação e a extinção da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, com observância ao artigo 2º da mencionada Lei, que estabelece que as atividades exercidas pela Companhia não serão paralisadas, devendo, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, serem desempenhadas por outros órgãos ou entidades da administração. Conforme o Decreto nº 64.418, de 28/08/2019, a CPOS elaborou seu Plano de Desmobilização que incluiu proposta de Destinação das suas Atividades, do Quadro de Pessoal, do Acervo Técnico e Documental e dos seus Direitos e Obrigações, prevendo o cronograma das atividades que serão realizadas pelos administradores e aquelas que ficarão a cargo do liquidante. Dando prosseguimento à desmobilização da CPOS, foram publicados decretos, à saber: Decreto nº 64.643, de 04/12/2019, revoga o Decreto nº 53.652, de 4/11/2008, que dispõe sobre a execução de obras públicas do Governo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas e Decreto nº 64.646, de 06/12/2019, determina, para fins do disposto no "caput" do artigo 2º da Lei nº 17.056, de 05/06/2019, que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, respeitado seu Estatuto Social, desempenhará, no que couber, as atividades públicas exercidas pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS. Ainda, em face do Plano de Desmobilização, no exercício de 2020, a Companhia passou à condição de empresa dependente do Governo do Estado de São Paulo, integrando o Orçamento Fiscal, cujos recursos próprios foram incluídos na receita total orçada do Estado, conforme se constata nas seguintes publicações: DOE de 11/01/2020 - Lei Orçamentária Anual - LOA - Lei nº 17.244, de 10/01/2020 e DOE de 18/01/2020 - Decreto de Execução Orçamentária - Decreto nº 64.748, de 17/01/2020, alterando a sua condição de empresa não dependente de recursos do Tesouro do Estado que perdurava desde o exercício de 2001.

### 2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da CPOS e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

**a. Apuração do resultado**

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial e Ajuste de exercícios anteriores.

**b. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

**c. Créditos a receber**

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, na conta de "Clientes" estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000.

**d. Imobilizado**

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com a NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens, descrita na Nota 11 - Imobilizado.

## 4. Circulante - Créditos a receber

Nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, essa conta que se refere a Clientes a Faturar, contempla os valores reconhecidos de receita líquida de prestação de serviços incorridas desde 2013 até 2018 (R$2.524 mil) e incorridas em 2019 (R$8.173 mil), porém não faturadas até 31/12/2019. Contempla, ainda, os reembolsos de despesa no montante de R$50 mil.

## 5. Circulante - Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o seguinte: R$ 2.263 mil relativo a impostos a recuperar no âmbito da Receita Federal do Brasil; R$ 290 mil relativo a ISS a ser recuperado junto à Prefeitura Municipal de São Paulo; R$ 2.421 mil referente tributos de receita a ser faturada; e, R$ 360 mil relativo a outros créditos.

## 6. Circulante - Gestão Predial e Convênio

Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Desenvolvimento Regional - Edifício Sede, Edifícios CIDADE I, II e IV; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP; Instituto de Pesos e Medidas - IPEM/SP; Casa Civil - Edifício Esplanada e Edifício Telemundi em Brasília/DF. Contempla, ainda, os valores relacionados ao Convênio Nº 209/2017, firmado com a empresa Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A, que tem por objetivo o apoio às ações sociais, remoção e o reassentamento das famílias vulneráveis abrangidas pelas obras do empreendimento Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte, executado pela Dersa.

## 7. Realizável a Longo Prazo - Outros Créditos

Esse grupo de contas contempla o seguinte: R$ 445 mil referente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos; R$ 492 mil referente a valor a receber por precatório; R$ 13 mil referente despesas antecipadas; e, R$ 195 mil referente a outros créditos.

## 8. Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas

Os valores a receber da conta "Clientes" se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes, que são Órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de São Paulo. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 20 anos, estão constituídos de:

8.1 - Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;

8.2 - Correção Monetária, do principal mencionado no item 8.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;

8.3 - Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso nesse período, mais;

8.4 - Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2018.

A provisão para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, redutora da conta "Clientes", contempla a totalidade dos créditos em aberto vencidos há mais de 5 (cinco) anos, ou seja, vencidos no período de 1992 até 31/12/2013. Nota 19 - Outras Receitas e Despesas

## 9. Realizável a Longo Prazo - Imóveis Destinados a Venda

Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, o saldo remanescente é de R$ 15.753 mil classificado em Imóveis Destinados a Venda. Desse montante R$ 6.206 mil foram integralizados ao capital (Nota 15 - Capital Social) e R$ 9.547 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 16). A essa rubrica se aplica as NBC TG 31 (R4) - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e NBC TG 01 (R4) - Redução ao valor recuperável de ativos. Ressaltamos que os 7 (sete) imóveis remanescentes estão registrados contabilmente por valor que não excede seus valores de recuperação. Nesse caso, o Teste de Recuperabilidade não requer que a CPOS reconheça um ajuste para perda por desvalorização, conforme previsto na NBC TG 01 (R4) - Redução ao valor Recuperável.

| Imóveis Destinados a Venda | Reserva de Capital | Capital Social | Total |
|---|---|---|---|
| Imóvel - Av da Saudade Campinas | | 4.312 | 4.312 |
| Imóvel - Pe. Camargo Lacerda - Campinas | | 174 | 174 |
| Imóvel - Rua Lidgerwood - Campinas | | 846 | 846 |
| Imóvel - Av. Pres. Wilson - São Paulo | | 874 | 874 |
| Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 2 | 5.843 | | 5.843 |
| Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 1 | 1.954 | | 1.954 |
| Imóvel - Rio Claro | 1.750 | | 1.750 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **9.547** | **6.206** | **15.753** |

## 10. Investimento

O valor de R$ 1.987 mil, na rubrica "Propriedade para Investimento", desde 2015, refere-se ao remanescente do imóvel de Cubatão, à qual foi aplicada a NBC TG 28 (R4) - Propriedade para Investimento.

O valor de R$ 4.928 mil, consignado na rubrica "Outros Investimentos", refere-se a ações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, registradas em 2005.

## 11. Imobilizado

| | Taxa anual de depreciação | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| Terrenos | - | 11.167 | 11.167 |
| Edificações | 4% | 2.364 | 2.364 |
| Obras em andamento | - | 1.229 | 0 |
| Móveis, utensílios e equipamentos | 10% | 1.836 | 2.014 |
| Instalações - escritório | 10% | 512 | 519 |
| Veículos | 20% | 515 | 515 |
| Computadores e periféricos | 20% | 6.121 | 4.822 |
| Equipamentos Telefônicos | 10% | 151 | 148 |
| | | **23.895** | **21.549** |
| (-) Depreciação acumulada | | (8.341) | (7.682) |
| | | **15.554** | **13.867** |

## 12. Intangível

Ao Ativo Intangível foi aplicado a NBC TG 4 (R4) - Ativo Intangível e o montante de R$ 554 mil refere-se a software.

## 13.Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Às Contingências foram aplicados os regramentos da NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A CPOS é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável e os passivos contingentes avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

| Risco de perda provável | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Processos judiciais cíveis | 250 | 5.665 |
| Processos judiciais tributários | 514 | 610 |
| Processos judiciais trabalhistas | 978 | 730 |
| **Provisão de Contingências** | **1.742** | **7.005** |
| **Risco de perda possível** | **2019** | **2018** |
| Processos judiciais cíveis | 53.723 | 108.721 |
| Processos judiciais tributários | 19.388 | 8 |
| Processo administrativo de natureza tributária | 0 | 19.365 |
| Processos judiciais trabalhistas | 9.886 | 3.948 |
| **Passivos Contingentes** | **82.997** | **132.042** |

**Dentre os processos judiciais cíveis de expressão financeira relevante, um em especial**, que constava desde 2009 até o último balanço com risco de perda provável, houve **reversão** em função da perspectiva de resultado favorável à CPOS em perícia que será realizada. Apesar de alegar quitação, pois a autora havia aderido a um programa para receber seus créditos por meio de debêntures, a CPOS foi condenada a pagar o valor reclamado a título de correção, em grau de recurso julgado em 2008, reformando sentença de improcedência. Diante da reforma, a CPOS interpôs Recurso Especial que, por falta de efeito suspensivo, viabilizou o início da execução provisória do julgamento, em 2009. Entre 2009 e 2019 vários questionamentos foram realizados em 1ª Instância, especialmente a respeito da imprescindibilidade de perícia contábil uma vez que os valores apresentados pelo autor são exorbitantes e não condizem com aqueles constantes dos registros da CPOS. A questão foi submetida ao Tribunal de Justiça e a CPOS obteve êxito no pedido de realização de perícia, que está prestes a ser iniciada. Assim, o quantum pretendido pela autora está sujeito à revisão, podendo, inclusive, resultar na inexistência do débito. Caso o resultado seja desfavorável à Companhia, ainda caberá recurso, o que autoriza a classificação do risco como possível.

**Dentre os processos judiciais cíveis de expressão financeira relevante, classificados com risco de perda possível, um deles,** a CPOS poderá ser demandada por toda a dívida, porém, com a possibilidade de reaver da Fazenda do Estado, no mínimo, a metade do débito, equivalente a R$ 20.866 mil.

Nas contas de Veículos, Computadores e periféricos, Terrenos e Benfeitorias do Ativo Imobilizado (Nota 11) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 9) constam **bens penhorados** em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a CPOS é parte, no montante de R$ 25.324 mil.

Com base nas informações dos consultores jurídicos, os **ativos contingentes** que representam provável entrada de benefícios econômicos na Companhia são representados por quatro processos judiciais de natureza cível, no montante de R$ 2.293 mil, que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que poderão não ser realizados.

À luz do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, porém, adotando o critério do CPC 25 (R2), no tocante aos Ativos Contingentes, a CPOS divulga o montante de **Indenizações** - Serviços Prestados sem Cobertura Contratual de 2012 a 2018, cujos valores foram apurados nos termos dos Decretos Estaduais nº 40.177, de 07/07/1995 e nº 53.334, de 19/08/2008: Secretaria de Administração Penitenciária (Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo) R$ 149 mil (6.931 UFESPs), Centro Paula Souza - CPS R$ 132 mil (6.564 UFESPs), Secretaria da Cultura e Economia Criativa R$ 1.768 mil (95.905 UFESPs), Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE R$ 2.164 mil (86.312 UFESPs), Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN R$ 739 mil (28.759 UFESPs), Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE R$ 938 mil (36.512 UFESPs), Secretaria da Justiça e Cidadania R$ 1.878 mil (84.166 UFESPs), Secretaria de Administração Penitenciária - SAP R$ 25.784 mil (1.078.444 UFESPs), Secretaria de Administração Penitenciária (Gabinete do Secretário e Assessorias) - SAP-GSA R$ 6.240 mil (237.530 UFESPs), Secretaria de Esportes R$ 394 mil (15.343 UFESPs), Superintendência da Polícia Técnico-Científica R$ 643 mil (27.116 UFESPs) e Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil - DAP R$ 161 mil (7.564 UFESPs) = Total R$ 40.990 mil (1.711.145 UFESPs).

## 14. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2019, o prejuízo fiscal da Companhia é de R$ 68.033 mil (R$64.637 mil em 2018) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, também, é de R$ 68.218 mil (R$64.637 mil em 2018).

## 15. Capital Social

O capital social autorizado é de R$249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

| Composição Acionária | Nº de Ações | Valor R$ | % |
|---|---|---|---|
| FAZENDA DO ESTADO | 22.328.599.302 | 88.624.049,34 | 99,9761 |
| PRODESP | 4.731.000 | 21.221,69 | 0,0239 |
| TESOURARIA | 12 | 0,12 | 0,0000 |
| **TOTAL** | **22.333.330.314** | **88.645.271,15** | **100,0000** |

## 16. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA, sendo que R$ 9.547 mil (Nota 9) estão demonstrados a preço de custo de transferência à valor justo e serão reavaliados a preço de mercado no momento da venda ou da integralização no capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76, sendo que eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado. Os restantes R$ 2.091 mil correspondem ao saldo de imóveis já reavaliados e vendidos.

| | | |
|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2018** | | **11.638** |
| Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 2 | 5.843 | |
| Imóvel - Profª Zenita A.Nogueira - Bauru 1 | 2.349 | |
| Redução ao valor recuperável em 2011 | (395) | |
| Imóvel - Rio Claro | 1.750 | |
| Imóvel - São José do Rio Preto - Quitado | 42 | |
| Ajuste pela reavaliação e venda em fevereiro/2015 | 262 | |
| Imóvel - Campinas - Saldo Quitado | 1.787 | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | | **11.638** |

## 17. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa rubrica contempla os ajustes de avaliação patrimonial dos imóveis da Rua Tangará e de Cubatão e a respectiva depreciação das edificações do imóvel da Rua Tangará, como previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

O saldo de R$ 9.859 mil refere-se ao saldo do imóvel de Cubatão na conta Ajustes de avaliação patrimonial - Propriedade para Investimento no valor de R$ 1.948 mil e ao valor líquido do imóvel da Rua Tangará na conta Ajustes de avaliação patrimonial - Ativo Imobilizado no valor de R$ 7.911 mil.

## 18. Prejuízos Acumulados – Ajustes de Exercícios Anteriores

Ao saldo de prejuízos acumulados de 31/12/2018 (R$ 43.176 mil), foi agregado ajuste de exercício anterior no valor de R$ 391 mil relacionado à quitação do parcelamento da Receita Federal - PERT e o lucro do exercício de 2019 no valor de R$ 309 mil, resultando no saldo de prejuízos acumulados de R$ 42.476 mil em 31/12/2019, conforme Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL.

## 19. Outras Receitas e Despesas

A variação expressiva desse grupo de contas ocorreu devido à provisão no ano anterior, de valor para Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD, considerando a totalidade dos créditos em aberto vencidos há mais de 5 (cinco) anos, nos termos da Nota 8 - Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas.

| Descrição | 2019 | 2018 | Variação |
|---|---|---|---|
| Despesas Recuperadas | 731 | 685 | 7% |
| Aluguéis | 260 | 220 | 18% |
| Outras Receitas | 25 | 17 | 47% |
| Provisão para Perda - Clientes | -98 | -7.050 | -99% |
| Provisão para Perda - Diversos a Receber | 0 | -855 | -100% |
| Reversão de Provisão - Clientes | 0 | -381 | -100% |
| Restituição para Terceiros | 0 | -622 | -100% |
| Reversão de Provisão - Fornecedores | 20 | 1.045 | -98% |
| Ajuste de Despesa - ND a Faturar | -177 | 272 | -165% |
| **Total** | **761** | **-6.669** | **-111%** |

## 20. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto na NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

| Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais | R$ mil 2019 | R$ mil 2018 |
|---|---|---|
| **Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL** | **309** | **-13.154** |
| Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado) | | |
| Depreciação e Amortização | 1.002 | 801 |
| Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes | 17 | 2 |
| Ajuste de exercícios anteriores | 391 | 583 |
| Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais) | | |
| (Aumento) Redução em contas a receber | 6.014 | -2.009 |
| (Aumento) Redução nos estoques | -10 | 24 |
| (Aumento) Redução nas despesas antecipadas | -12 | 142 |
| Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar | -2.078 | 1.636 |
| Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos | 98 | 7.050 |
| Aumento (Redução) na provisão para férias | -102 | 558 |
| Aumento (Redução) na provisão para contingências | -5.263 | -547 |
| IRPJ e CSLL | 0 | 0 |
| **Total dos Ajustes** | **57** | **8.240** |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais** | **366** | **-4.914** |

**Conselho de Administração**

**Jaime Alves e Freitas** - Presidente do Conselho de Administração

**Membros:**

**Antonio José Imbassay da Silva**
**Antonio Adolpho Lobbe Neto**
**Cely Mantovani**
**Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo**
**Haroldo Corrêa Rocha**
**João Abukater Neto**
**Jorge Damião de Almeida**
**Rossieli Soares da Silva**
**Rubens Naman Rizek Junior**

**Diretoria**

**Cely Mantovani** - Diretora-Presidente
**Arley Ayres -** Diretor Administrativo e Financeiro respondendo pela Diretoria de Serviços
**Pedro Pereira Evangelista** - Diretor de Engenharia

**Conselho Fiscal**

**Diego Allan Vieira Domingues**
**Karina Sayuri Sataka Bugarin**
**Regina Romero e Pinheiro**
**Ricardo Geciauskas**
**Yukimi Nagata**

**Contadora**

**Mônica Martins de Araujo -** CRC nº 1SP163880/O-7

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Governo

continua...

# COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

**CNPJ/MF 67.102.020/0001-44**

**COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO**

## Relatório dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas

**Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS** - São Paulo - SP

**Opinião sem ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis descritas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Obras e Serviços-CPOS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sem ressalva**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 02, a Lei Estadual nº 17.056, de 05 de junho de 2019, autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias com vistas à dissolução, liquidação e a extinção da CPOS, sendo que as atividades públicas exercidas pela CPOS, conforme previsto na própria Lei, não serão paralisadas, devendo, em cumprimento ao princípio da eficiência administrativa, ser desempenhadas por outros órgãos ou entidades da administração pública estadual.

Subsequentemente, em atendimento ao Decreto nº 64.418, de 28/08/2019, a Companhia elaborou Plano de Desmobilização que incluiu proposta de Destinação das suas Atividades, do Quadro de Pessoal, do Acervo Técnico e Documental e dos seus Direitos e Obrigações, prevendo o cronograma das atividades que serão realizadas pelos administradores e aquelas que ficarão a cargo do liquidante. Em prosseguimento à desmobilização, 04 de dezembro de 2019, foi publicado o Decreto nº 64.643, revogando o Decreto nº 53.652, de 04 de novembro de 2008 no que dispõe sobre a execução de obras públicas do Governo do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas, e o Decreto nº 64.646, de 06 de dezembro de 2019, determina, que para fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 17.056, de 05/06/2019, que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, respeitado seu Estatuto Social, desempenhará, no que couber, as atividades públicas exercidas pela Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS.

Face ao Plano de Desmobilização, no exercício de 2020, a Companhia passou à condição de empresa dependente do Governo do Estado de São Paulo, integrando, assim, o Orçamento Fiscal, cujos recursos próprios foram incluídos na receita total orçada do Estado, conforme se constata nas seguintes publicações: DOE de 11/01/2020 - Lei Orçamentária Anual - LOA - Lei nº 17.244, de 10/01/2020 e DOE de 18/01/2020 - Decreto de Execução Orçamentária - Decreto nº 64.748, de 17/01/2020, alterando a sua condição de empresa não dependente de recursos do Tesouro do Estado, cuja situação, perdurava desde o exercício de 2001.

**Outros assuntos**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, cujo parecer datado de 07 de março de 2019, não continha ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos e circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2020.

**LOUDON BLOMQUIST**
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC- RJ-000064/O-7 T SP

**Noel Luiz Ferreira -** Contador
CRC-RJ-23.317-T-SP-1458-S-RJ

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aprovadas em Reunião de Diretoria em 05 de março de 2020, e, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes da empresa Loudon Blomquist, datado de 03 de março de 2020, sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas, observando a ênfase quanto ao contexto de extinção da Companhia, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária, agendada para 17 de abril de 2020.

São Paulo, 10 de março de 2020

**Conselheiros Fiscais.**